



Reforma tributária é aprovada pela Câmara em primeiro turno



Deputados comemoram com papel picado a aprovação, em primeiro turno, da reforma tributária, repetindo comemoração feita após a votação da reforma da Previdência

Os principais pontos da reforma tributária

ICMS

Aliquotas - Unificação da legislação do ICMS, com cinco alíquotas nacionais. A alíquota máxima será de 25%. Os estados que praticarem alíquotas superiores ao teto poderão manter quatro produtos e serviços com um adicional de cinco pontos percentuais, por no máximo três anos. A alíquota mínima do ICMS será aplicada à cesta básica e aos medicamentos

Transição - Haverá transferência gradual da receita do ICMS do estado produtor (origem) para o estado consumidor (destino) durante um período de 11 anos, depois de um prazo de carência de quatro anos. Nos sete anos seguintes, as alíquotas da origem serão gradualmente reduzidas até chegarem a 4%

DRU

Prorrogação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) até 2007. A DRU permite ao governo utilizar livremente 20% de sua arrecadação

CPMF

A reforma estabelece que a CPMF, o imposto do cheque, continuará provisória e será prorrogada até 2007 com alíquota de 0,38%. A receita da contribuição permanece com a União e vinculada à Previdência Social (0,1%), à Saúde (0,2%) e ao Fundo de Combate à Pobreza (0,08%)

Cide

A Cide (Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico) dos combustíveis será partilhada. A União vai destinar 25% da receita da contribuição para estados e municípios. Dessa parte, 25% dos recursos ficarão com os municípios e 75% com os Estados. Os critérios de distribuição serão definidos em lei complementar e devem observar rateio geral, extensão da malha viária, consumo de combustíveis e população

Fundo de Desoneração das Exportações

Desoneração das exportações e compensação aos estados pelas perdas de receitas com a desoneração do ICMS sobre produtos exportados. O fundo terá repasse anual de R\$ 8 bilhões - dos quais R\$ 2 bilhões como seguro em caso de queda da receita estadual

Bens de capital

Redução do IPI na aquisição de bens de capital (máquinas e equipamentos). A reforma também inclui a desoneração dos bens de capital no fundo de compensação das exportações: os estados serão compensados pela menor tributação sobre máquinas e equipamentos, além do ressarcimento pela exportação de produtos primários e semi-elaborados

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

Criação de um fundo com repasse de 2% das receitas do Imposto de Renda e do IPI destinado ao desenvolvimento de regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do norte de Minas Gerais e noroeste do Rio de Janeiro. O repasse será feito diretamente aos governos estaduais

Super Simples

A reforma autoriza a criação de um sistema nacional unificado de tributação para microempresas, que inclui impostos federais, estaduais e municipais - o chamado Super Simples. O mecanismo vai permitir que o segmento tenha um imposto único para simplificar o pagamento dos tributos

Benefícios fiscais

A emenda veta que estados concedam novos benefícios fiscais após 30 de setembro de 2003 e estabelece o prazo máximo de 11 anos para o fim dos atuais benefícios, com exceção da Zona Franca de Manaus

Zona Franca e Lei de Informática

Prevê a prorrogação por 10 anos para os benefícios fiscais da Zona Franca, de 2013 para 2023, e prorrogação também por 10 anos para a Lei de Informática, de 2009 para 2019

Cofins

Acaba com a cumulatividade (incidência em várias etapas de produção) da Cofins sobre os produtos importados

Herança

O ITCMD (imposto sobre herança e doações) permanece com alíquota de 4%, sem progressividade

ITR

O Imposto Territorial Rural (ITR) será progressivo, com alíquotas que desestimulem a propriedade improdutivo. O texto mantém o tributo como competência da União, mas permite que possa ser fiscalizado e cobrado pelos municípios

ITBI

O Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI) prevê a possibilidade de fixação de alíquotas progressivas, em razão do valor e da localização do imóvel

Lixo

Regulamenta a cobrança da taxa de lixo pelos municípios

Noventena

Adoção do prazo de 90 dias para a cobrança de novos tributos ou aumento de alíquotas

Fonte: Agência Informes

Da Agência Informes

A Câmara concluiu no último dia 17 o primeiro turno de votação da reforma tributária, após rejeitar emendas apresentadas ao texto. Para o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), o relator da reforma, Virgílio Guimarães (PT-MG), e deputados da base aliada, a aprovação foi uma vitória da articulação e do empenho do governo.

“A reforma foi amplamente negociada com empresários, sociedade, governadores e o Congresso. É uma reforma que ajuda Estados e municípios e dará estímulo para que o Brasil possa retomar o crescimento”, afirmou Pellegrino.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou que houve avanços no texto aprovado. Entre eles, citou a simplificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que deverá reduzir a sonegação, a elisão e potencializar a arrecadação dos Estados, que poderão repassar mais recursos para os municípios.

João Paulo também voltou a afirmar que não haverá aumento da carga tributária. “Ao limitar em 25% a alíquota máxima do ICMS, colocou-se uma tramela na porta para evitar aumento de carga tributária”, disse. Ele disse ainda que é impossível fazer uma reforma que trata de imposto com unanimidade. “O que importa é conformar a maioria”, frisou.

ICMS unificado

Entre os principais pontos da reforma está a unificação da legislação do ICMS, com fixação de cinco alíquotas nacionais. A alíquota máxima será de 25% e a mínima será aplicada à cesta básica e aos medicamentos de uso contínuo. A intenção do governo é estabelecer alíquota zero para esses produtos.

A reforma estabelece ainda a transferência de receita

PROPOSTA UNIFICA O ICMS EM TODO O PAÍS E DEVERÁ CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO, SEM ELEVAR IMPOSTOS

do ICMS do Estado produtor (origem) para o Estado consumidor (destino) durante um período de 11 anos até a fixação de uma alíquota de referência de 4%.

A transição de 11 anos também será aplicada à chamada guerra fiscal. Na prática, a emenda veta que os Estados concedam novos benefícios fiscais (redução de tributos) para atrair investimentos de empresas e estabelece um prazo máximo de 11 anos para o fim dos atuais benefícios já concedidos.

Texto estimula economia

Da Agência Informes

Deputados do PT destacaram a importância da aprovação em primeiro turno da reforma tributária. Segundo o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), a base aliada conseguiu contornar as dificuldades e aprovar um texto consistente.

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), avaliou que a reforma proporciona justiça social, quando prevê alíquota zero para cesta básica e medicamentos, e estimula a competitividade econômica do país, com a desoneração das exportações.

O vice-líder do PT Paulo Bernardo (PR) considerou que a aprovação da reforma consolida a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de representar um avanço na medida em que estabelece a unificação do ICMS, o fim da cumulatividade da Cofins (contribuição de empresas para a seguridade social) e a desoneração das exportações e dos bens de capital. “É uma grande vitória do governo e da sociedade”.

Segundo Bernardo, esses

tre governadores e prefeitos. Dessa parte, 25% dos recursos ficarão com os municípios e 75% com os Estados.

Novos fundos

A emenda cria um Fundo de Desenvolvimento Regional formado por 2% da receita do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e destinado às regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do norte de Minas Gerais e noroeste do Rio de Janeiro.

Institui ainda um fundo de compensação pela desoneração de exportações. Reivindicado pelos Estados para compensar as perdas pela isenção do ICMS sobre produtos exportados, o fundo terá repasse anual de R\$ 8 bilhões e incluirá a desoneração dos bens de capital — ressarcimento pela menor tributação sobre máquinas e equipamentos.

Super Simples

O texto aprovado autoriza também a criação de um sistema nacional unificado de tributação para microempresas que vai incluir impostos federais, estaduais e municipais — o chamado Super Simples. Estabelece ainda um prazo de 90 dias para a cobrança de novos tributos e prorroga por 10 anos benefícios da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática.

“É a reforma possível para o momento do país e procuramos fazer uma composição dentro da maioria. A Câmara dá um importante passo ao concluir a reforma em primeiro turno e não tenho dúvidas de que aprovaremos o texto em segundo turno”, avaliou Pellegrino.

A previsão da base aliada é votar o texto em segundo turno no próximo dia 24. Depois, o texto segue para o Senado, onde terá de passar também por dois turnos de votação no plenário.

(Com informações da Agência Câmara)

GOVERNO

Senado começa a debater a reforma da Previdência

O LÍDER DO PT NA CASA, TIÃO VIANA (AC), APRESENTOU O TEXTO DA PROPOSTA NA CCJ

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou no dia 17, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o seu relatório sobre a proposta da reforma da Previdência, mantendo na íntegra o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Com a decisão, ele rejeitou todas as 290 emendas apresentadas pelos senadores, informou a Agência Senado.

Logo após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da proposta. O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, marcou para quarta, dia 24, a votação do texto. Como ocorreu na Câmara, a reforma da Previdência tem de passar ainda por dois turnos de votação no plenário do Senado.

Debate

Viana, que também é líder do partido no Senado, quer continuar debatendo os pontos da reforma com os senadores até a votação em primeiro turno em plenário. O senador petista avalia que a votação deve ocorrer na segunda quinzena de outubro.

“A discussão não se esgotou com o relatório, que é mais um ponto de partida”, disse o senador, salientando que os interesses dos Estados, no que diz respeito à definição do subteto salarial — valor máximo das aposentadorias no funcionalismo estadual —, pode ser fundamental para a elaboração do texto final.

Em seu relatório, Viana sustenta que as dificuldades de financiamento da Previdência do setor público obrigaram o governo a propor as mudanças no sistema. “A reforma objetiva tornar o sistema previdenciário brasileiro mais justo e tecnicamente sustentável”, afirmou.

Ao final da reunião da CCJ, Viana ressaltou o clima de diálogo entre governo e oposição. O parlamentar disse acreditar que o Senado terá sensibilidade para tratar a reforma da Previdência da melhor forma possível.

Ele também garantiu que a reforma proposta pelo governo protege a imensa maioria dos trabalhadores no serviço público, beneficiando 96% dos servidores nos Estados do Nordeste e do Norte, 90% nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e 87% dos servidores da União.



O senador e líder da bancada do PT, Tião Viana (AC), discursa na tribuna do Senado

PARTIDO

Seminário em Brasília vai discutir o desenvolvimento

PROGRAMAÇÃO

29 de setembro, segunda-feira

14h - Abertura:

José Genoio - presidente nacional do PT
Hamilton Pereira - presidente da Fundação Perseu Abramo

14h30 - O que está em jogo na Reforma Tributária

Virgílio Guimarães - deputado federal (MG), relator da reforma tributária na comissão especial da Câmara
Arno Augustin - secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda
Fernando Haddad - assessor especial do Ministério do Planejamento e professor do Departamento de Ciência Política da USP

19h30 - O Desenvolvimento Regional

Ciro Gomes - ministro da Integração Nacional
Tânia Bacelar - secretária de Política de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional
Francisco de Assis Costa - professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia

30 de setembro, terça-feira

9h - Estratégia Internacional

Maria da Conceição Tavares - professora emérita da UFRJ e professora associada da Unicamp, ex-deputada federal (RJ)
Aloizio Mercadante - senador (SP) e líder do governo na Casa
Glauco Arbix - presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

14h - Proposta de Desenvolvimento Econômico e Social

Antônio Palocci - ministro da Fazenda
Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo - professor da Unicamp e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Paul Singer - secretário nacional do Economia Solidária e professor da USP
Jacy Afonso de Melo - tesoureiro nacional da CUT

Local: Brasília, hotel San Marco, SHS, Quadra 05, Bloco “C”, tel. (61) 321-8484

O Diretório Nacional do PT e a Fundação Perseu Abramo realizarão, nos dias 29 e 30 de setembro, o Seminário de Desenvolvimento Econômico e Social. O evento acontece no hotel San Marco, em Brasília. Reforma tributária, desenvolvimento regional e estratégia econômica estarão na pauta do encontro.

É necessário fazer inscrição prévia. No site da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br) é possível fazer a inscrição até o dia 26.

O objetivo do seminário é debater o assunto com dirigentes do partido, prefeitos, governadores e deputados petistas. Além do presidente nacional do partido, José Genoio, confirmaram a participação o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, entre outros.

Mais informações podem ser obtidas no escritório do PT, em Brasília, pelo telefone (0xx61) 213-1113, com a Secretaria Geral do PT ou na Secretaria Nacional de Formação Política do PT, em São Paulo, pelo telefone (0xx11) 3243-1320.

OPINIÃO

A campanha de filiação do PT

José Genoio

O PT está abrindo uma campanha nacional de filiação de novos militantes. Essa campanha tem dois objetivos centrais: o estreitamento dos vínculos entre as estruturas partidárias de direção com os militantes filiados e a expansão da força organizada do partido para novos setores sociais. A campanha está sendo orientada pelo princípio de que o fortalecimento e a expansão do PT não podem descharacterizá-lo quanto às suas regras de funcionamento, ao seu estatuto e ao seu programa.

O que se procura evitar é um crescimento artificial do partido. Apesar do PT estar no governo federal e, em tese, ter se tornado um partido atrativo, até agora, foram filiados apenas dois prefeitos que se elegeram por outros partidos. As filiações foram precedidas de avaliação rigorosa quanto à compatibilidade política e de conduta progressista dos novos filiados em relação aos valores e procedimentos defendidos pelo PT. Nas bancadas da Câmara e do Senado não houve o tradicional inchaço que os partidos vitoriosos costumam promover.

A campanha de filiação que está sendo promovida pelos diretórios volta-se, especialmente, para o objetivo de consolidar a presença do PT nos movimentos sociais e para expandir sua presença em novos setores da sociedade. Um dos focos importantes dessa campanha é a juventude, pois o PT precisa passar por um processo de rejuvenescimento, trazendo para seu interior as inquietações e perspectivas das novas gerações e apostando no seu futuro. Ao buscar novos setores sociais, sempre na perspectiva de se renovar sem se descaracterizar, o PT quer aumentar também seu grau de pluralidade interna. Quer que a pluralidade social e cultural da sociedade brasileira se reflita dentro do partido para que ele possa interpretar melhor os interesses, as perspectivas e as esperanças do nosso povo.

Com o recadastramento dos atuais filiados, o PT quer tanto dinamizar sua comunicação com a militância, quanto ampliar a perspectiva de sua participação nos diversos eventos partidários. A relação das instâncias partidárias com os filiados não pode

ser meramente cartorial ou burocrática. Ela deve ser uma relação ativa e participativa. Esta é a única forma de impedir a ossificação e o esclerosamento do partido. É a única forma de mantê-lo vivo e impedir sua corrupção interna.

Ao instituir as eleições diretas para todas as instâncias de direção, o PT foi o único partido que deu poder efetivo aos filiados e democratizou de forma radical suas relações internas. Com isso, a disputa interna pelas direções tornou-se uma disputa real, que independe dos esquemas burocráticos. O fato de a disputa interna pelas direções ter-se tornado fluida, democrática e aberta reforçou o princípio da fidelidade e da unidade de ação a ponto de ele ter se tornado um preconceito da própria militância. Hoje, é praticamente impossível um dirigente, um parlamentar, querer passar incólume, aos olhos da militância, na infringência da fidelidade e unidade de ação. Isto, contudo, não afetou a ampla liberdade de opinião que o Partido sempre cultivou em sua tradição.

O PT vive um novo momento de sua história. Recebeu do povo a determinação de ser um partido de governo, de governar o Brasil com o presidente Lula. O partido vive, portanto, uma condição ambivalente: é um partido da sociedade e é um partido de governo. Como partido da sociedade tem autonomia para propor, negociar, reivindicar e mediar relações, propostas programáticas e interesses. Como partido de governo, mandatado pelo povo, tem a obrigação e a responsabilidade de apresentar soluções e sustentar politicamente o governo.

O PT sustenta a concepção de que uma democracia estável e eficaz depende de um sistema partidário forte e de partidos socialmente enraizados e representativos do eleitorado. É por isso que a relação das instâncias de um partido com suas direções e militância não pode ser gelatinosa, frouxa. Essa relação deve estar implicada num sistema de direitos e deveres partidários. A contribuição que o PT cobra de seus militantes, de seus parlamentares e de filiados que ocupam cargos de assessoramento ou representação inscreve-se neste princípio funcional de um sistema de direitos e deveres.

Presidente nacional do PT



Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo – SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert

e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogna

FOTOS

Agência Brasil

SEDE

Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP

CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

E S P E C I A L

Estudo avalia cargos de confiança

**LEVANTAMENTO
DESMENTE
ACUSAÇÃO DE
“APARELHAMENTO”
DO ESTADO**

Um estudo feito pelo Ministério do Planejamento analisou o preenchimento de cargos no governo Lula. Confira os principais trechos:

**Cargos em comissão
Estudo comparativo entre os períodos de janeiro a julho de 1995 e janeiro a julho de 2003**

A estrutura gerencial da Administração Pública Federal (APF) conta com uma hierarquia de cargos e funções de chefia nas mais variadas denominações e níveis de responsabilidade, que vão desde graus de mando e gerenciamento mais simples, como as Funções Gratificadas (FG), por exemplo, exclusivas de servidores detentores de cargo efetivo, até patamares de gerenciamento superiores, tais como secretários e ministros de Estado.

Esta complexa estrutura, cujo acesso se dá a partir de indicação do superior hierárquico, conta hoje com 67.860 cargos ou funções, enquanto no mês de junho de 2002 contava com 72.160, demonstrando que nos primeiros seis meses de governo Lula operou-se uma redução de cerca de 4.300 destes cargos ou funções, representando um percentual de 6,3%.

Destes cargos ou funções de chefia, os mais conhecidos são os chamados DAS (Direção e Assessoramento Superior), distribuídos nos níveis 1 a 6 (segundo o grau de complexidade e responsabilidade das atribuições de gerenciamento de que é investido), possuindo alto grau de comprometimento político, razão pela qual são demissíveis *ad nutum* (por decisão do superior hierárquico) e acessíveis a qualquer pessoa, independentemente de esta possuir ou não cargo efetivo.

Situados hierarquicamente acima dos cargos DAS temos os Cargos de Natureza Especial (NES), de alta confiança política do presidente da República, como é o caso dos ministros de Estado, do procurador-geral da União, do procurador-geral da Fazenda Nacional, o secretário-geral da Presidência da República etc. O acesso a estes cargos, por evidente, não exige que o indicado seja detentor de cargo efetivo.

Outro grupo expressivo são as denominadas Funções Gratificadas (FG), que situadas na base da pirâmide gerencial hierárquica da Administração Pública Federal e vinculadas especialmente a padrões técnicos e de carreira, o que faz com que o acesso se dê exclusivamente aos servidores detentores de cargo efetivo.

No **Quadro 1** apresentamos alguns números comparativos deste universo, tomando como referência os meses de junho/2002 e junho/2003. Do quadro apresentado extrai-se que os cargos do grupo DAS tiveram uma redução de 1,8% (323 cargos), caindo de 18.224 (em junho/2002), para 17.901. Do outro lado da

**Quadro 1 – Número de cargos ou funções
(Jun/2002 e Jun/2003)**

CARGO/FUNÇÃO	2002	2003	VARIAÇÃO QUANTITATIVA	VARIAÇÃO PERCENTUAL
NES	43	51	8	18,60%
DAS	18.224	17.901	323	-1,80%
CD	3.044	3.130	86	2,82%
FG	17.436	17.612	176	1,00%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – SRH/MP

**Quadro 2 – Nomeações em relação ao número de cargos
(Jan-Jun/2003)**

CARGO/FUNÇÃO	NÚMERO DE CARGOS	NOMEADOS	PERCENTUAL DE NOMEAÇÕES
NES	51	46	90,19%
DAS 6	169	150	88,57%
DAS 5	729	498	68,31%
DAS 4	2.213	1.241	56,07%
DAS 3	2.953	1.141	38,63%
DAS 2	5.000	1.482	29,64%
DAS 1	6.837	2.075	30,34%
FG	17.612	2.430	13,79%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – SRH/MP

**Quadro 3 – Sexo e escolaridade dos nomeados
(Jun/2002 e Jun/2003)**

CARGO/FUNÇÃO	SEXO		ESCOLARIDADE		
	MULHER	HOMEM	1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
NES	13%	87%	0%	2%	98%
DAS	42%	58%	4%	24%	72%
FG	48%	52%	4%	17%	79%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – SRH/MP

**Quadro 4 – Distribuição dos cargos DAS segundo o vínculo
(Nov/1997 e Jun/2003)**

CARGO/FUNÇÃO	COM CARGO PÚBLICO		SEM CARGO PÚBLICO	
	FHC	LULA	FHC	LULA
DAS 6	50,8%	50,3%	49,2%	49,7%
DAS 5	59,7%	61,0%	40,3%	39,0%
DAS 4	59,6%	65,3%	40,4%	34,7%
DAS 3	70,7%	80,0%	29,3%	20,0%
DAS 2	74,7%	79,7%	25,3%	20,3%
DAS 1	76,8%	79,1%	23,2%	20,9%
TOTAL	72,9%	76,7%	27,1%	23,3%

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – SRH/MP

pirâmide hierárquica, como já mencionamos anteriormente, estão as funções gratificadas de menor complexidade técnica e menor comprometimento político, relacionadas a chefia dos espaços de trabalho mais vinculados a execução direta dos serviços públicos e em direta relação com as carreiras dos servidores, as quais não só não sofreram redução na mesma proporção operada para os cargos DAS, como tiveram seu número aumentado, passando de 17.436 em junho/2002 para 17.612 em junho/2003, demonstrando uma preocupação do novo governo com a valorização das carreiras no serviço público.

Outra conclusão que se tira do **Quadro 1** é que o tão comentado aumento do número de ministérios no gover-

no Lula deu-se sem aumento do número de cargos de confiança normalmente vinculados a tal estrutura (sobretudo cargos DAS), o que demonstra a racionalização e a otimização que nortearam estas mudanças.

Vejam no **Quadro 2** alguns detalhes das nomeações efetivadas no período de janeiro a junho de 2003 (governo Lula). O percentual de nomeações é tanto mais expressivo quanto maior é o grau de confiança política e grau de complexidade técnica exigidos do investido destes cargos, o que é perfeitamente natural em qualquer democracia e absolutamente dentro dos padrões legais vigentes, como anteriormente demonstrado.

À medida que os cargos de direção ou funções gratifi-

cadas vão reduzindo seu grau de comprometimento político-partidário e responsabilidade técnica, e aumentando seu grau de relação com a carreira do servidor, o **Quadro 2** demonstra que aumenta o número de servidores mantidos nestes cargos ou funções. Assim, ainda que todos sejam demissíveis *ad nutum*, os números acima são inequívocos, haja vista que mesmo podendo substituir 17.612 funções gratificadas (ainda que restritas a servidores efetivos), o governo apenas operou mudança em 2.430 destes postos de comando, representando um percentual de mudança de 13,8%.

Esta mesma orientação se repete em relação aos cargos do grupo DAS (que como já mencionamos são de estrita confiança política). Dos

17.901 cargos passíveis de alteração, apenas 6.587 tiveram seus detentores substituídos no período de janeiro a junho de 2003, o que perfaz um total de apenas 36,8%, de modo que permanecem nos cargos 11.314 servidores nomeados no governo Fernando Henrique Cardoso, o que indica clara preocupação com a manutenção do funcionamento da máquina pública e o reconhecimento de que, mesmo nos cargos do grupo DAS, o reconhecimento da capacidade técnica dos investidos nestes cargos é fundamental.

Vejam agora alguns números referentes as nomeações realizadas no período de janeiro a junho de 2003, no que tange ao sexo dos nomeados e ao grau de escolaridade. Como se pode facilmente constatar no **Quadro 3**, as

nomeações ocorridas no período não levaram em consideração somente critérios de confiança política, sendo marcante a presença do critério “capacidade técnica”, na medida em que 98% dos nomeados para cargos NES, 72% dos nomeados para cargos do grupo DAS e 79% dos nomeados para cargos FG têm nível superior de escolaridade.

A preocupação com a garantia de tratamento mais equânime entre homens e mulheres também aparece claro na distribuição destes cargos segundo o sexo do nomeado, sendo que 42% dos cargos DAS e 48% das funções gratificadas foram destinados a mulheres. Apenas no grupo NES (ministros de Estado, secretários etc.) este número ainda é bastante diferenciado, tendo sido nomeadas 13% de mulheres para o exercício destes cargos.

Se tomarmos, entretanto, o mês de novembro de 1997, veremos que os números acima são bastante superiores, uma vez que as mulheres representavam apenas 39,6% dos nomeados para o exercício de cargos do grupo DAS, enquanto os homens ocupavam 60,4% destes mesmos cargos.

Já no que pertine ao grau de escolaridade dos nomeados, temos que em novembro de 1997 apenas 71,3% dos cargos do grupo DAS eram ocupados por detentores de nível superior de escolaridade, 22,8% tinham o 2º grau completo e 5,9% tinham completado o 1º grau.

A comparação entre as nomeações operadas no governo Lula e as efetivadas no governo FHC, desta forma, demonstra uma clara preocupação do primeiro com a capacidade técnica dos nomeados, sendo importante destacar, ainda, a distribuição mais equitativa destes cargos entre homens e mulheres.

Por fim, vejamos no **Quadro 4** a comparação entre a situação verificada em junho de 2003 em comparação com a verificada em novembro de 1997, tendo como parâmetro o vínculo do nomeado com o serviço público, ou seja, se ele detém ou não cargo efetivo federal.

Neste caso, percebe-se que também o governo Lula apresenta números relativos superiores aos do governo FHC, na medida em que cerca de 76,7% dos atuais detentores de cargos do grupo DAS mantêm vínculo com o serviço público, enquanto em novembro/1997 este número era de apenas 72,9% em média.

Em conclusão podemos afirmar que é incorreto dizer que as nomeações até aqui efetuadas pelo governo Lula não seriam providas de caráter técnico. Os números acima, ao contrário, informam que estas nomeações não só têm seguido os critérios previstos em lei, com os cargos de maior complexidade e comprometimento político tendo sofrido maior alteração dos seus titulares, como também que os novos nomeados possuem escolaridade média superior à apurada no governo FHC.

Brasília, 3/9/2003

Luis Fernando Silva
Secretário de Recursos Humanos
Ministério do Planejamento

ECONOMIA

Juro menor beneficia trabalhador

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou no último dia 17, no Palácio do Planalto, uma medida provisória que permite aos trabalhadores da iniciativa privada tomar empréstimos mediante o desconto nos contracheques, informou a *Agência Brasil*. O Programa de Crédito com Consignação e Folha de Pagamento tem apoio da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras centrais.

O valor máximo do empréstimo será de até cinco vezes a renda líquida do trabalhador. O pagamento, que será feito por meio de desconto de parcelas fixas na folha de pagamento, poderá ser dividido em até 24 vezes. As parcelas não podem ser superiores a 30% do salário líquido do funcionário. Devido ao risco menor, a expectativa é que a taxa de juros cobrada pelos bancos seja menor do que a do mercado.

“Vocês estão oferecendo ao sistema financeiro o que o trabalhador tem de mais sagrado, que é o seu salário no final do mês. O banco vai ter a certeza de que, ao estar financiando um trabalhador que tem carteira assinada, que recebe o salário no final do mês,

MP ASSINADA PELO PRESIDENTE LULA NO DIA 17 PERMITE EMPRÉSTIMOS COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

irá receber. O desconto pode ser pactuado entre sindicato e empresa. O risco para o banco é zero”, disse Lula.

O presidente disse ainda que é preciso encontrar formas de colocar dinheiro em circulação no Brasil, ainda que o valor não seja o suficiente para que o país retome o crescimento econômico. “Se a gente não consegue pegar sempre o peixe grande que a gente quer, eu acho que é possível fazer uma grande soma-tória de peixes menores, fazer uma caldeirada e comer uma boa peixada. Se você não tem o dinheiro para o investimento que um país como o Brasil precisa para voltar a crescer com a rapidez que todos nós queremos, é preciso a gente se mexer para encontrar formas de colocar dinheiro em circulação”, afirmou.

Taxa de 3%

O presidente da CEF (Caixa Econômica Federal), Jorge Mattoso, presente à cerimônia, disse que o desconto na folha de pagamento redu-

zirá a inadimplência e, conseqüentemente, os juros cobrados pelos bancos serão menores. Para Mattoso, a taxa de juros nesse tipo de empréstimo deverá variar entre 2% e 3% ao mês — no Banco do Brasil, deve chegar a no máximo 4%. “Esse é um programa importante para os trabalhadores e as taxas de juros cobradas para esses empréstimos serão, com certeza, inferiores às praticadas pelo mercado”, afirmou Mattoso.

O presidente da CUT, Luiz Marinho, disse acreditar que o empréstimo poderá ser usado para que os trabalhadores quitam dívidas antigas, em que são cobrados juros mais altos. “O trabalhador está endividado e as taxas de juros cobradas pelo mercado são muito altas, então esse empréstimo, com juros mais baixos, vai melhorar a situação do trabalhador”, disse.

No caso de o trabalhador ser demitido, Marinho afirma que há possibilidade de ser utilizado o valor da rescisão para o pagamento do emprés-

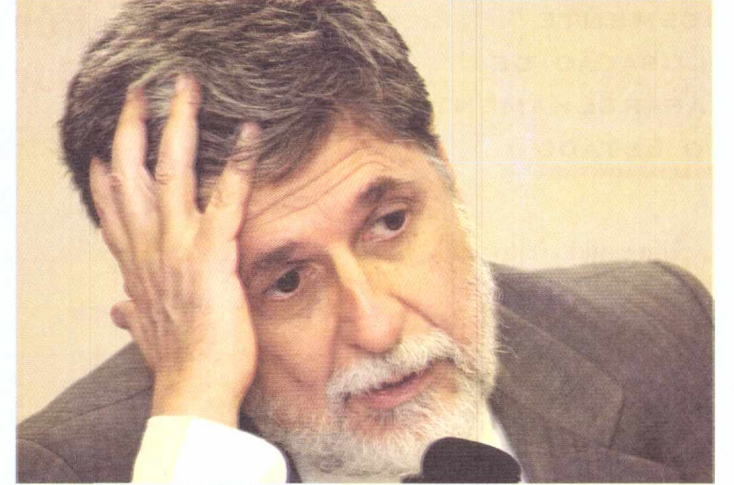
timo, mas a decisão sobre o que poderá ser feito deverá ser do trabalhador.

Modalidades

Segundo Marinho, existirão três modalidades de empréstimos. A primeira possibilitará ao trabalhador fazer a negociação direta com o banco; a outra permitirá à empresa propor empréstimo ao trabalhador, com o aval dos sindicatos; e a terceira será proposta diretamente pelo sindicato, por meio de negociações da categoria. “O movimento sindical precisa jogar duro para que haja acordo em que os juros sejam compatíveis com a necessidade do trabalhador, principalmente aquele que ganha renda média”, lembrou Lula em seu discurso.

Para o presidente da CUT, o programa deverá forçar ainda mais a redução do custo do dinheiro, baixando, por exemplo, a taxa de cheque especial, que hoje está entre 6% e 10% ao mês. “Uma categoria em que a folha de pagamentos tem grande volume de recursos e um número grande de empregados vai proporcionar uma negociação de taxas menores, evidentemente”, disse.

INTERNACIONAL



O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

Brasil modifica postura externa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou no dia 18, em solenidade no Palácio do Itamaraty, que o Brasil não quer mais agir de forma “subalterna”: quer ser tratado de igual para igual em sua política externa nas negociações com os países desenvolvidos. “Não existe na face da terra nenhum interlocutor que respeite o outro se um deles estiver de cabeça baixa, se um deles agir de forma subalterna”, continuou o presidente, segundo a *Agência Brasil*.

De acordo com Lula, o Brasil respeita em suas negociações países de tamanhos e economias distintas, como o Paraguai e os Estados Unidos, e exige também ser tratado em “igualdade de condições”. Na opinião dele, o tratamento, às vezes “inferior” dado ao país no cenário internacional, é resultado da falta de importância que, muitas vezes, o próprio Brasil se concedeu.

“Não aceitamos mais participar de política internacional como se fôssemos os coitadinhos da América Latina, um paisinho do Terceiro Mundo, um paisinho que tem criança de rua, um paisinho que só sabe jogar futebol e pular Carnaval. Este país tem muito mais do que isto”, destacou Lula.

O presidente citou o exemplo da reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Cancún (México). Segundo ele, a postura “firme e objetiva” que o

país manteve no encontro demonstra que o Brasil “dispõe de uma capacidade de articulação talvez única, que nos permite lutar por nossos interesses, somando forças com clareza e objetivos, e sem confrontações”.

Lula participou da cerimônia de formatura de 25 novos diplomatas que concluíram o curso do Instituto Rio Branco. A turma recebeu o nome de Sérgio Vieira de Mello, em homenagem ao brasileiro morto em atentado em Bagdá, quando chefiava o escritório da ONU (Organização das Nações Unidas) no Iraque.

O presidente parabenizou os formandos por terem escolhido Vieira de Mello como patrono. Segundo Lula, Vieira de Mello soube aliar a força da razão com o engajamento em favor dos mais vulneráveis. Lula deixou uma mensagem aos novos diplomatas: “A partir do que aconteceu em Cancún, vocês vão perceber que serão olhados com muito mais interesse, mas, ao mesmo tempo, com muito mais cobrança, pelos nossos interlocutores de outros países, do que nós fomos até agora”.

Na opinião de Lula, os novos diplomatas devem se espelhar no exemplo do chanceler Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, quando tiverem dúvidas sobre a carreira escolhida. O presidente aproveitou para fazer um brinde à competência de Amorim.



Lula, entre os ministros Jaques Wagner (Trabalho), Antônio Palocci (Fazenda) e Luiz Dulci (Secretaria Geral)

Bens têm linha especial

Os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Trabalho, Jaques Wagner, anunciaram no dia 17 uma linha de financiamento por meio da CEF (Caixa Econômica Federal) e do BB (Banco do Brasil) para financiar bens de consumo de R\$ 100 a R\$ 900 em até 36 meses, para correntistas, com pagamento de prestações a partir de R\$ 20,00.

A medida foi determinada pelo Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador). O programa vai até 31 de dezembro e permitirá ao trabalhador ter acesso a financiamento de eletrodomésticos. A medida também prevê gerar emprego e renda.

Podem participar do programa pessoas físicas, preferencialmente de baixa renda. Os produtos financiáveis são fogão, geladeira, máquina de lavar e televisores, no valor

máximo de R\$ 900 e de fabricação nacional.

Segundo o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, isso poderá permitir a redução do “spread” e baixa nas taxas de juros, conforme a demanda. O ministro do Trabalho, Jaques Wagner, destacou que a medida é ajudar o setor de eletrodomésticos da chamada “linha branca”, que tem passado por um certo grau de depressão. “É apenas um sopro, mas espero que com isso o setor possa reagir”, disse.

Para que o trabalhador possa obter o crédito, ele deve solicitar à agência, ter cadastro aprovado e comprovar capacidade de pagamento.

O crédito que o trabalhador pode obter será de até 100% do valor do eletrodoméstico a ser financiado, limitado a capacidade de pagamento do proponente. A prestação mínima é de R\$ 20.

FGTS pode quitar dívida

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) autorizou, no último dia 16, o uso do saldo do FGTS para os mutuários abaterem as prestações em atraso, informou o Ministério do Trabalho e Emprego. É a primeira vez que a medida é adotada e deve beneficiar 1,14 milhões de famílias, a maioria com renda de até 5 salários mínimos. A medida vale para as prestações em atraso até o dia 31 de agosto deste ano. Os pedidos de quitação devem ser feitos até 27 de fevereiro.

O mutuário poderá usar o saldo do FGTS para quitar o montante da dívida. Somente 80% do total da dívida poderá sair do fundo. O restante terá que ser com recursos próprios. Também serão observados os seguintes requisitos: o financiamento precisa ser do SFH (Sistema Financeiro Habitacional) e o trabalhador de-

verá ter conta vinculada do FGTS de no mínimo três anos.

O Conselho Curador tomou a decisão após verificar que existe atualmente uma situação crítica provocada pela inadimplência que pode resultar num grave problema social, pela possibilidade de retomada dos imóveis financiados. Esse cenário sensibilizou os conselheiros que, com o devido resguardo do equilíbrio econômico-financeiro do FGTS, resolveu, em caráter excepcional, permitir o uso do saldo das contas vinculadas para a quitação dos débitos.

Segundo estimativa da CEF (Caixa Econômica Federal), a medida deverá representar saques no FGTS da ordem de R\$ 600 milhões a R\$ 900 milhões. A CEF já está trabalhando na normatização interna a ser repassada a todos os agentes financeiros que operam no SFH.

“Estamos mais fortes”

Da Agência Informes

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o chanceler Celso Amorim disse que o Brasil saiu “mais forte” da quinta reunião ministerial da OMC, em Cancún, México, encerrada no dia 14.

“O texto da agricultura já é melhor do que o anterior, e agora estamos prontos para apresentar emendas ao texto em itens que nos interessam”, afirmou. Amorim disse que a União Européia e os EUA reconheceram que o G-22, grupo de países liderados pelo Brasil, apresentou um discurso pragmático, com propostas claras para o comércio internacional.

O Brasil, segundo o chanceler, considera a OMC a “grande arena” na qual se podem discutir vantagens em pontos cruciais da agenda

comercial que interessa ao país. Amorim salientou que as negociações são um processo contínuo e, da mesma forma como não se esgotaram na rodada do Uruguai, de Seattle (EUA) e de Doha (Catar), não se esgotarão com os debates em Cancún.

Amorim disse que, mesmo com as tentativas da União Européia e dos EUA de “dividir e desacreditar” o G-22, o grupo chegou unido ao fim do encontro. “Estamos chamando inclusive o grupo de G-20 Plus, porque temos a expectativa de que outros países venham a se integrar a nós”, disse. Ao avaliar a reunião, o ministro disse que é preferível “ter uma derrapagem de seis meses ou até de um ano a ter um acordo totalmente insuficiente agora e ser obrigado a esperar 15 anos para uma nova rodada”.